

CONTRATO nº: 014 /2021

Processo nº.03.21.733

Contratação de empresa para execução dos serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a Empresa **IGL ENGENHARIA LTDA.**

A PBH ATIVOS S/A, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605 – 10º andar – Edifício Christiano Guimarães – Centro – Belo Horizonte/MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **IGL Engenharia Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.545.316/0001-70, estabelecida na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.859 – sala 121 – Bairro Santa Lúcia – Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP:30.360.663, representada por seu sócio Rafael Rosa Rodrigues Vasconcelos, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas -CPF: 015.884.306-18, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 006/2021, processo administrativo nº 03.21.733, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

CONTRATADA: a LICITANTE vencedora do PREGÃO, na condição de signatária do presente CONTRATO;

CONTRATANTE: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;

CONTRATO: presente contrato de prestação dos SERVIÇOS, celebrado entre a PBH ATIVOS e o LICITANTE vencedor do PREGÃO, incluindo todos os seus anexos;

EDITAL: edital de licitação referente ao PREGÃO, incluindo todos os seus anexos;

LICITAÇÃO: designa a licitação referente ao Pregão nº 006/2021.

LICITANTE: pessoa jurídica que participe do PREGÃO, conforme condições estabelecidas neste CONTRATO e na legislação aplicável;

PREGÃO: licitação realizada na modalidade pregão eletrônico, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;

PREGOEIRO: empregado da PBH ATIVOS, designado por meio da Portaria nº 017/2021, para a condução do PREGÃO, na forma do EDITAL e da legislação aplicável;

SERVIÇOS: denomina os serviços que compõem o objeto do PREGÃO, conforme especificações do EDITAL, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo LICITANTE vencedor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e obras complementares.

2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

I - Anexo I do Edital completo independente de sua transcrição;

II- Anexo II - Proposta da Contratada.

III- Edital completo independentemente de sua transcrição.

Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no caput e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 15.113/13, nº 17.317/20 e nº 15.185/2013, Lei Municipal nº 10.936/16, Leis Federais nº 10.520/02, 12.846/13 e nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/06, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 007/2020 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência é de 08 (oito) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da lei, em especial dos arts. 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O prazo para execução dos serviços pela CONTRATADA será de até 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DOCUMENTOS EXIGÍVEIS APÓS A CONTRATAÇÃO/ EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

5.1. A Ordem de Serviço – OS será emitida pela CONTRATANTE após a entrega pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

5.2. Organograma do canteiro de execução, informando sobre os componentes da equipe no canteiro, explicitando as funções e responsabilidades, grau de autonomia para a tomada de decisões, formas de contatos com esses elementos (telefone, e-mail e outros), vinculando essa equipe de campo à estrutura hierárquica da empresa. Esse organograma deverá ser representado graficamente para entrega física à Fiscalização.

5.2.2. Declaração comprovando a existência de instalações e equipamentos adequados para a execução de serviços na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

5.2.3. A CONTRATADA deverá também apresentar à Fiscalização, no prazo máximo de 10(dez) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, a seguinte documentação: Programa de acompanhamento do serviço a ser executado, contendo etapas/atividades detalhadas por semana. O programa deverá contemplar também o cronograma de mão de obra e equipamentos a serem utilizados. O cronograma físico financeiro deverá ter os seus respectivos percentuais físicos em concordância com o cronograma da proposta sob pena de rescisão contratual;

Anotação de Responsabilidade Técnica da empresa cobrindo todo o escopo do contrato;

A CONTRATADA deverá fazer o registro da responsabilidade técnica da empresa referente à execução dos serviços, junto ao órgão competente, em nome de quaisquer dos responsáveis técnicos constantes da certidão de registro da pessoa jurídica. Deverá também fazer o registro da responsabilidade técnica do profissional que efetivamente comandará a execução dos serviços. Caso o responsável técnico pela empresa seja aquele que efetivamente comandará a execução dos serviços, o segundo registro fica automaticamente suprimido, sendo obrigatória a sua permanência no canteiro de execução da obra.

5.2.4. A CONTRATADA deverá observar o prazo do parágrafo primeiro do art. 28 da Resolução nº.1.025/2009 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços, e o prazo dos incisos I, II e III, do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão prestados conforme especificações do CONTRATO, e o seu recebimento pela CONTRATANTE será procedido na forma prevista no art. 121 do RILC (IN 007/2020), da seguinte forma:

Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com o especificado no edital e anexos, neste contrato e anexos. A CONTRATADA deverá

formalizar a conclusão dos serviços para a fiscalização, que deverá agendar, em até 07(sete) dias contados da formalização, vistoria técnica nos serviços.

A vistoria deverá contar com a presença do responsável técnico da CONTRATADA.

A fiscalização fará uma vistoria em todos os serviços executados e materiais aplicados. Concluída a vistoria, a fiscalização emitirá relatório de vistoria informando quais os serviços/materiais aceitos e quais os serviços/materiais que deverão ser corrigidos, substituídos e/ou reparados.

A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias, imediatamente, para reparar ou substituir, conforme orientação da fiscalização. Concluídas as correções, a fiscalização verificará se os serviços/materiais serão aceitos ou não. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela fiscalização, esta concluirá o relatório de vistoria, e tendo a CONTRATADA cumprido todas as obrigações pertinentes ao contrato, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

Definitivamente, após decorrido até 20(vinte) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório e desde que a CONTRATADA tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados pela fiscalização, será realizado o Recebimento Definitivo, ocasião que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e ainda, no caso de execução do serviço estar de acordo com o especificado no edital, contrato e anexos.

Caso o serviço não possa ser recebido definitivamente, a fiscalização tomará as providências cabíveis, inclusive de estorno das medições do que não foi por ela aceito.

Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pela fiscalização do CONTRATO, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço. Recebimento definitivo somente será efetivado pelo CONTRATANTE após a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, certificado de Regularidade de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR

7.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$143.999,97 (cento e quarenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), para o período de vigência deste contrato, referente ao lote 1 objeto da licitação.

7.2. Estão consideradas no preço previsto no caput todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, despesas com viagem e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O custo da prestação dos serviços comuns de engenharia objeto deste contrato, ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

8.2. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, conforme proposta comercial e legislação vigente e entregá-la até 01(um) dia após sua emissão.

8.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços.

8.4. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da CONTRATANTE no prazo de até 15(quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, conforme subitem 8.2.

8.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

8.6. Os serviços, materiais e produtos serão executados, entregues e aceitos, conforme Caderno de Encargos da SUDECAP 4ª edição ou versão atualizada, bem como de acordo com as fases de execução previstas no Cronograma Físico Financeiro Detalhado.

CLÁUSULA NONA – DAS MEDIÇÕES

9.1. A medição será feita proporcionalmente aos serviços efetivamente executados, cumulativamente até o total de 100% (cem por cento) considerando o custo conforme planilha de orçamento.

9.2. O quantitativo será calculado semanalmente e, da seguinte forma:

$$\text{Semanal} = \frac{\text{Medição semanal} \times 100}{\text{Valor global}} = \text{índice de referência}$$

9.3. Os serviços, materiais e produtos serão medidos semanalmente, conforme executados, de acordo com as unidades de referência, bem como com os preços unitários da planilha contratual e com o cronograma físico-financeiro contratual. Os serviços, materiais e produtos não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

9.4. As medições serão elaboradas sempre às segundas feiras, relativas à semana anterior, pela fiscalização, com a participação da CONTRATADA e será formalizada e datada.

9.5. Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de medição de serviços ou medição de serviços sem a devida cobertura contratual. Só serão objeto de medição os serviços entregues e aceitos.

9.6. A liberação do processamento da mediação inicial ficará vinculada à entrega de:

I - ART/RRT;

II - Documentação relativa à segurança do trabalho: PCMSO, PPRA e PCMAT;

III - Certificado de matrícula no INSS;

IV – Planejamento da execução do Serviço conforme orientações, especificações e exigências para execução dos serviços.

V – Programa de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EQUIPE TÉCNICA

10.1. Os serviços serão acompanhados por meio de um engenheiro, o qual será responsável técnico pela execução.

10.2. A CONTRATADA disponibilizará a equipe técnica que executará os serviços.

10.3. O engenheiro responsável técnico pela execução dos serviços, desde o início até a sua conclusão, será, obrigatoriamente integrante do quadro permanente da CONTRATADA, cujos atestado de capacidade técnica – ACT, registrados na entidade profissional competente, foram apresentados na fase de habilitação do processo licitatório. Caso seja necessário, a substituição poderá ser feita por outro profissional desde que atenda às mesmas qualificações exigidas no Edital de Licitação e que seja aprovado pela fiscalização.

10.4. Como anexo à declaração de disponibilidade, a equipe deverá ser listada com nomes completos e deverá se estender até o nível de encarregados, subencarregados e técnicos que ficarão à frente das atividades discriminadas no Cronograma Físico – Anexo II – Apêndice II do edital e anexos que faz parte integrante deste contrato, independente de sua transcrição.

10.4.1. Durante a permanência no local da prestação dos serviços, o encarregado geral, subencarregado e técnicos, deverão manter identificação.

10.4.2. Os serviços deverão atender ao dimensionamento dos SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medidas do Trabalho – conforme a NR 04 da Portaria 3214/78.

10.4.3. A fiscalização poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer membro que justificadamente não tenha desempenho profissional condizente com a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

11.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o aparelhamento necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, observando os prazos acordados nos cronogramas aprovados pela CONTRATANTE, através da Fiscalização.

Todos os profissionais da equipe técnica deverão ter à sua disposição, fornecidos pela CONTRATADA, todo o equipamento necessário ao desempenho de suas funções em escritório ou em campo (máquinas, utensílios, ferramentas, materiais e softwares), inclusive os equipamentos de proteção coletiva (EPC) e de proteção individual (EPI), determinados pela legislação trabalhista.

Para que a execução do objeto contratado atenda ao cronograma físico básico é essencial a disponibilização dos equipamentos mínimos para execução do objeto do CONTRATO.

Caso o desempenho dos equipamentos não atenda adequadamente ao desenvolvimento da execução dos serviços, os mesmos deverão ser substituídos por outros sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

A fiscalização poderá autorizar a dispensa do equipamento somente quando venha a ser confirmada sua não necessidade, fundamentada está em análise de justificativa formalizada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

12.1. A CONTRATADA deverá elaborar registro fotográfico periódico, a fim de capturar imagens do desenvolvimento dos serviços que estejam em execução e apontados na medição. O ponto de captura das imagens deve mostrar a visão mais abrangente do canteiro de obras e frentes de serviço, visando esclarecer questionamentos futuros sobre métodos executivos, sequência das atividades, equipamentos e mão de obra envolvidos.

12.2. A entrega do relatório fotográfico é condicionante para a medição dos serviços no período, sendo obrigatória apresentação dos arquivos de imagem em formato JPG em mídia eletrônica e impressos coloridos.

12.3. O número de fotos assim como a periodicidade (diário, semanal, etc.) serão determinados previamente pela fiscalização e deverão constar da apresentação, data e horário que foram capturadas.

12.4. Os serviços serão aceitos a partir de sua conformidade com as especificações constantes nos referenciais e normas previstas no edital e anexos deste contrato, no Caderno de Encargos da SUDECAP 4ª edição ou versão atualizada e nas normas técnicas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PLANEJAMENTO GERENCIAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

13.1. Na data de emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE promoverá uma reunião para apresentação da fiscalização e orientações a respeito dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, fornecimento do modelo do Diário do Contrato e instruções de seu preenchimento.

13.1.1. O Diário do Contrato será o documento adequado para comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análises, avaliações, etc., referentes à prestação dos serviços e cumprimento do contrato e deverá ser preenchido e assinado diariamente pelo engenheiro da CONTRATADA responsável pelos serviços, e no máximo 02(dois) dias úteis após, vistado pela fiscalização do contrato, com relatos e respostas, se for o caso.

13.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar o Planejamento da execução do serviço, devendo ser atualizado semanalmente, de acordo com acertos e feitos entre a fiscalização e a CONTRATADA, sendo imprescindível o gerenciamento das atividades em tempo real pelo engenheiro da CONTRATADA, já que o status do serviço se modifica a cada dia de trabalho.

13.1.3. Também serão realizadas reuniões previamente agendadas, para se considerar os tópicos abaixo:

13.1.3.1. Análise das frentes de serviço liberadas e constatação das que estão sendo trabalhadas;

13.1.3.2. Análise das atividades que eventualmente estarão impedidas de serem trabalhadas e os motivos desse impedimento, com o relato das providências que estão sendo tomadas para a superação do problema;

13.1.3.3. Cronograma físico, comparando o previsto e o realizado;

13.1.3.4. Chuvas: analisar as interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotando no Diário do Contrato os problemas por ela causados;

13.1.3.5. Sinalização: verificar o cumprimento das Normas Regulamentadoras nºs 18 e 26, da Portaria nº 3.214/78 Ministério do Trabalho, das normas da BHTRANS e das prescrições do Caderno de Encargos da SUDECAP, priorizando a segurança dos pedestres.

13.1.3.6. Avaliar, com registro em ata, os materiais e equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, anotando as inconformidades verificadas, de acordo com as orientações para tal contidas no Caderno de Encargos da SUDECAP, normas da ABNT e Plano de Controle de Materiais fornecido pela CONTRATADA.

13.2. As reuniões deverão ser registradas em atas, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:

13.2.1. Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes.

13.2.2. Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados.

13.2.3. Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de solução, com os responsáveis pelos acompanhamentos, prazos estabelecidos, forma, custos e justificativas das soluções propostas.

13.2.4. Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

13.3. O cronograma atualizado citado no subitem 13.1.3.3. deverá ser obrigatoriamente anexado ao Diário do Contrato toda segunda-feira.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

14.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

14.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

14.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

14.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

14.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - a partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas no Edital e anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

Efetuar a prestação dos serviços conforme disposto neste CONTRATO e seus anexos. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.

Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

Manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;

Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

15.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.3. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

15.4. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE, que atenda as condições previstas no subitem 11.8 deste contrato.

15.5. É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto deste CONTRATO.

15.6. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

15.7. A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;

Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;

Participar das reuniões;

Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;

Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;

Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros

Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;

Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;

Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;

Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CONTRATANTE:

Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.

Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.

Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.

Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A CONTRATADA e eventuais subcontratadas, estas quando autorizadas expressamente pela CONTRATANTE, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO, deverão observar os requisitos de segurança do trabalho, a Lei Federal nº 6.514/77, as Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214/77, do extinto Ministério do Estado do Trabalho, as normas da ABNT e quando a legislação brasileira for omissa, as normas internacionais aplicáveis.

17.2. A subcontratação não será admitida para os itens para o quais, como requisitos de habilitação técnico operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviços com características semelhantes.

17.3. As subcontratações parciais, se necessárias, deverão ser efetuadas através de microempresa, de empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, salvo expressa justificativa da Fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA CONTRATUAL

18.1. O presente CONTRATO será garantido por meio de seguro garantia, no valor de R\$7.199,95(sete mil, cento e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, em até 10 (dez) dias da assinatura deste CONTRATO.

18.1.1.Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente no Banco do Brasil (Banco 001) através da Conta 9190-1 agência 1615-2.

18.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais e deverá ser estendida na forma prevista no item 18.9.

18.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.

18.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

18.5. A CONTRATANTE poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste CONTRATO.

18.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

18.6.1.A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

18.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

18.8. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

18.9. O prazo de validade da garantia prestada será contado a partir da data de início da vigência do CONTRATO, e deverá estender-se por mais 60 (sessenta) dias após o fim do prazo de execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Planejamento sustentável do local de instalação e apoio de execução dos serviços. O canteiro de obras deverá ser planejado para operar e ser usado de maneira consciente e sustentável considerando a possibilidade de prever:

Construção e instalações provisórias preferencialmente com materiais reciclados, porém livres de composto orgânicos voláteis (COV) e que forneçam o devido conforto térmico;

A CONTRATADA e eventuais subcontratadas deverão apresentar à Fiscalização os documentos que comprovem o atendimento à legislação ambiental. Também deverá ser apresentada a documentação necessária para o atendimento de todas as exigências que forem feitas pelos órgãos ambientais pertinentes ao objeto do serviço a ser executado.

É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento, triagem, transporte e destinação adequada dos resíduos, independente da natureza desses. No preço ofertado para a rubrica correlata, deverão estar incluídos também os custos inerentes à disposição adequada conforme exigências ambientais.

A CONTRATADA deverá manter a instalação de apoio e o local de execução dos serviços sem acúmulo de água, lixo, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO SIGILO

Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

As partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBHATIVOS-<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

I -recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;

II -tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta

contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;

III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;

IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;

V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;

VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;

VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

22.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

22.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;

II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;

III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;

V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação;

ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

22.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLAÚSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A nomeação do gestor e da fiscalização do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

Poderá ser nomeado mais de um fiscal e respectivo substituto para tal fim, bem como Comissão de Fiscalização, seja através de pessoa física ou jurídica por gerenciamento externo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

25.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do EDITAL ou do CONTRATO, pelos LICITANTES e pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

advertência;

multa;

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

25.1.1. Da advertência:

25.1.1.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao LICITANTE/CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o LICITANTE/CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

25.2. Da multa:

25.2.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de

multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;

II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH ATIVOS;

c) tumultuar a sessão pública da licitação;

d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade PREGÃO, a despeito da declaração em sentido contrário;

e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;

f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;

e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;

f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;

h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;

j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da LICITAÇÃO na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações,

condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI- multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII - indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

25.2.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 25.2.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

25.2.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

25.2.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

25.2.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

25.2.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

25.3. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

25.3.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

25.4. Dos procedimentos

25.4.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

25.4.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

25.4.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

25.4.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

25.5. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva: julgar as defesas prévias;

receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

25.5.1. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a LICITANTE/CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

25.5.2. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

25.5.3. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

26.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

26.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

26.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

26.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

26.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

26.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

26.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

26.5.1. A CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

26.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

26.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

26.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

26.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

26.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

26.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

26.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

27.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
 - j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
 - l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

27.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

27.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela

CONTRATANTE;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

28.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

28.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

28.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

28.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

Soraya Mourthé
Diretoria Executiva
PBH ATIVOS S/A

Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS S/A

Rafael Rosa Rodrigues Vasconcelos
Sócio/Administrador
IGL Engenharia Ltda.

Testemunhas:

Nome _____
CPF: _____

Nome _____
CPF: _____

ANEXO I – RELAÇÃO DOS TERRENOS - LOCAL E DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. RELAÇÃO DOS TERRENOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Nº	REGIONAL	QUADRA / LOTE	ÁREA TERRENO (m ²)	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	ZONEAMENTO ATUAL
1	O	114 002	419,97	RUA ISTRIA FERRAZ	DOS BURITIS	PA3 Preservação ambiental 3
2	O	034 010A	2261,92	RUA GERALDO LUCIO VASCONCELOS	BURITIS	OM2-Ocupação moderada 2
3	CS	048 025	4624,50	AV. RAJA GABÁGLIA	SÃO BENTO	OM1-61,19% PA1-38,81%
4	L	012 001A	3080,00	RUA TAQUARIL	JONAS VEIGA	OM 2-Ocupação moderada 2

1.1. A licitação será realizada com a distribuição dos terrenos em LOTE 1.

1.1.1. O LOTE 1 é composto de 4 (quatro) terrenos, situados em regionais próximas (Regional Oeste, Regional Centro Sul e Regional Leste), assim distribuídos:

- 02 (dois) terrenos situados no bairro Buritis;
- 01 (um) terreno situado no bairro São Bento e
- 01 (um) terreno situado no bairro Jonas Veiga.

2. DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços a serem executados em cada terreno constam da planilha de quantidade e preços unitários (Anexo II - Apêndice I)

2.1.1 ESPECIFICAÇÃO DO TIPO DE CERCAMENTO

Cercamento a ser feito em alambrado altura final de 2 metros e será de tela de arame galvanizado para alambrado zincado pesado (dimensões da trama: 5x5), tipo de malha (losangular e fio n. 12), esticada por três linhas de arame liso de aço galvanizado (fio 12 mm). Os mourões serão pré-fabricados em concreto, com a ponta virada e medida de 2,5 metros.

2.1.2 Os portões serão instalados e montados de uma só banda (tamanho 80x210cm), composto por estrutura de tubo de ferro galvanizado diâmetro 40mm e fechamento de tela de arame galvanizado para alambrado zincado pesado (dimensões da trama:

5x5); tipo da malha (losangular e fio n. 12), com duas dobradiças, fechados com corrente e cadeado estrutura para permitir a passagem de corrente galvanizada de 5mm e cadeado tipo PAPAIZ 50 mm; a estrutura de cada portão deverá ser pintada, sendo uma demão de zarcão para conservar e duas demãos de tinta esmalte a base de solvente.

3. ESPECIFICAÇÃO DO TIPO DE PASSEIO

3.1 Deverão ser cumpridas as orientações constantes da Cartilha ilustrativa do Padrão Municipal. (ver link abaixo)

- <http://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/passeio>

4. DRENAGEM

4.1. Os serviços de drenagem a serem executados em cada terreno, quando houver, constam da planilha de quantidade e preços unitários (Anexo

ANEXO II**PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

Razão social: IGL ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 08.545.316/0001-70

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 4.859 Sala 121 – CEP: 30.360-663 - Santa Lúcia - Belo Horizonte.

Telefone: (31) 2551-5138 | (31) 98273-2174

Endereço eletrônico (e-mail) para contato: engenharia@iglengenharia.com.br

Objeto: Execução dos serviços comuns de engenharia, para adequação de passeios e cercamentos (construção e/ou reforma), drenagem pluvial dos terrenos, compreendendo as seguintes atividades: trabalhos em terra de escavação e reaterro, remoção e demolição, estruturas de concreto, alvenarias, pisos, cercamento, drenagem, urbanização e serviços complementares, conforme descrito nos anexos deste Edital.

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias.

Nº	CIDADE	METRAGEM/M2	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO	VALOR TOTAL
1	BHTE	419,97	Anexo II – Apêndice I	Buritis	R\$ 20.537,59
2	BHTE	2.261,92	Anexo II – Apêndice I	Buritis	R\$ 39.826,42
3	BHTE	4.624,50	Anexo II – Apêndice I	São Bento	R\$ 40.097,96
4	BHTE	3.080,00	Anexo II – Apêndice I	Jonas Veiga - Taquaril	R\$ 43.537,97
VALOR GLOBAL DO LOTE:		Valor por extenso (cento e quarenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)			R\$ 143.999,97

- No valor proposto estão incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção, despesas com viagem e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

Av. Raja Gabáglia, 4.859 1º Andar 30.360-663 Sta Lúcia - Belo Horizonte
CNPJ: 08.545.316.0001/70 | Tel: (31) 2551-5138 | engenharia@iglambiental.com.br - www.iglambiental.com.br



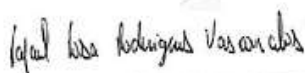
- Declaramos total ciência das informações do Edital e anexos.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 03/12/2021



Luiz Rogério Cruz
Sócio/Administrador
CREA: 91.462/D
CPF 012.340.676-50



Rafael Rosa Rodrigues Vasconcelos
CPF: 015.884.306-18
Sócio/Administrador